

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ANTONIO DA SILVA
AGRAVANTE : CLAUDIO GERALDO
AGRAVANTE : DEONIR ADAO BRESOLA
AGRAVANTE : EVA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
AGRAVANTE : GERCINO LUIZ DE MATOS
AGRAVANTE : HELENA DA SILVA ALVES
AGRAVANTE : JOAO MARIA DIOGO
AGRAVANTE : JUVELINA BEIRA DE CAMPOS
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS BRAGANTE
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA DA COSTA
AGRAVANTE : PAULO IANESKI
AGRAVANTE : PEDRO PEREIRA DO CARMO
AGRAVANTE : SEBASTIAO MENDES RODRIGUES
AGRAVANTE : SIDINEI ADILSON SPANHOL
AGRAVANTE : ZILDO ESSER
ADVOGADOS : MARCELA BREDI BAUMGARTEN E OUTRO(S) -
RS064571
BRUNA DA SILVA BANDARRA - RS075033
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : KARINE VOLPATO GALVANI - RS057824B
AGRAVADO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA -
PE016983
ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO E OUTRO(S) -
SP207267

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC/73. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DE SOBRESTAMENTO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecorrível. Precedentes.
2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

